

O sexo como problema econômico-político da população em Michel Foucault¹

*El sexo como problema económico-político de la población en Michel
Foucault*
Sex as an economic-political problem in Michel Foucault

Stephany Dayana Pereira Mencato²

João Barros³

Resumo

Na presente pesquisa busca-se compreender a relação entre biopolítica e sexualidade. Partindo da afirmativa de Michel Foucault, de que o sexo é o problema econômico-político da população, analisa-se em que medida o dispositivo de sexualidade colabora para a apropriação do sexo pelo biopoder. A pesquisa se faz por meio dos textos de Michel Foucault e bibliografias correlatas, apresentando-se a perspectiva do sexo não como alvo de repressão, mas de produção, resultado de um poder produtivo e da atuação dos dispositivos de segurança sobre a população.

Palavras-chave: Sexualidade; população; dispositivo de sexualidade; biopolítica; Michel Foucault.

Resumen

En la presente investigación se busca comprender la relación entre biopolítica y sexualidad. Partiendo de la afirmativa de Michel Foucault de que el sexo es el problema económico-político de la población, se analiza en que medida el dispositivo de sexualidad corrobora a la apropiación del sexo por parte del biopoder. La investigación se hace por medio de los textos de Foucault y bibliografía de comentaristas, presentando la perspectiva del sexo no como blanco de represión, sino de producción, resultado de un poder productivo y de la actuación de los dispositivos de seguridad sobre la población.

Palabras-clave: Sexualidad; población; dispositivo de sexualidad; biopolítica; Michel Foucault.

Abstract

This research aims to comprehend the relation between biopolitics and sexuality starting with the assertion of Michel Foucault that sex is a economic-political problem of the population. It is analyzed to what extent the dispositive of sexuality collaborates to the appropriation of sex by the biopower. The reasearch is made by using texts from Michel Foucault and related bibliographies, presenting the perspective that sex is not a target of oppresion, but of production, result of a productive power and the performance of the dispositives of safety over population.

Keywords: Sexuality; population; dispostive of sexuality; biopolitics; Michel Foucault.

¹Texto fruto de projeto de pesquisa intitulado *O sexo como problema econômico e político da população em Foucault* (2016/2017).

²Bacharel em Direito, advogada, pós-graduanda em Relações Internacionais Contemporâneas e Graduanda em Ciências Políticas e Sociologia. Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA. E-mail: contato@stephanymencato.com.br

³Doutor em Filosofia (UNISINOS). Doutor em Ciências Sociais (UBA). Professor do Ciclo comum de estudos e do curso de Filosofia da UNILA. E-mail: joao.barros@unila.edu.br.

1. Introdução

Este artigo segue bem de perto os argumentos de Michel Foucault, contidos nas obras “História da sexualidade 1: a vontade de saber” e “Segurança, Território, População”. Nas palavras do autor, as técnicas de poder inovaram no século XVIII, ao observar o surgimento da população como problema econômico e político. É nesse momento que se passa a observar sua capacidade de trabalho ou mão de obra, o equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe certa população, em fim, a população-riqueza. No âmago desse problema está o sexo.

Assim, afirma Foucault, a sociedade ocidental passa a afirmar que sua fortuna e seu futuro estão ligados diretamente pela sexualidade. É preciso então analisar em uma população sua taxa de natalidade, a ocasião dos casamentos, nascimentos legítimos/ilegítimos, a precocidade/frequência das relações sexuais, se fecundas ou estéreis, e o modo de torná-las produtivas ou não, as práticas contraceptivas, os efeitos do celibato ou interdições sexuais.

O modo como cada indivíduo usa seu sexo e a conduta sexual da população é tomada a partir desse momento como objeto de análise e alvo de intervenção. No limite entre o biológico e o econômico se põe a análise das condutas sexuais, suas determinações e efeitos.

Na primeira parte do artigo, foca-se na compreensão do dispositivo de sexualidade. É aqui onde Foucault encontrará a conexão entre o subjetivo e o biológico, o indivíduo e a população, no debate sobre a governamentalidade.

Em seguida se analisa como a população e seu sexo se constitui enquanto novo objeto político do biopoder, alvo do dispositivo de sexualidade e dos dispositivos de segurança, formando uma entrelaçada rede de relações de poder, na qual os indivíduos são conduzidos através de espaços minuciosamente recortados e dispostos, em um exercício produtivo do poder.

2. Sexualidade e biopoder

O poder só se exerce a partir de uma economia dos discursos de verdade, discursos que se consolidam verdadeiros e que nesse poder, a partir e através dele, funcionam. Foucault (2015, p. 41) afirma que os séculos XIX e XX foram, acima de tudo, muito mais que uma época de opressão/repressão, o auge da multiplicação, da dispersão, da heterogeneidade de sexualidades em suas formas absurdas e pervertidas.

Como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa ‘verdade’ profunda é lida, é dita? (FOUCAULT, 2011, p. 229).

Fugindo de uma sociologia histórica de uma proibição, Foucault busca a história política de uma produção de verdade e mostra como a partir do séc. XVII assistimos a uma proliferação discursiva acerca da sexualidade.

Para Castro (2016, p. 312), a conclusão mais importante do autor é a percepção de que a função dos discursos libertadores, como da psicanálise, tem sido estabelecer novas formas de controle e sujeição. Extrai-se da crítica histórica hipótese repressiva, segundo a qual o poder deve ser encarado como uma realidade positiva, fabricante e produtora de individualidade.

Essa produção da verdade, segundo Foucault (2015, p. 20), observar-se-á no âmbito do discurso. Várias modalidades de discurso sobre o sexo não cessaram de proliferar, acelerando-se sua produção ainda mais a partir do séc. XVIII.

Com isso é possível afirmar uma incitação institucional para se falar do sexo de modo cada vez mais detalhado, uma obstinação em se ouvir sobre ele escala infinitamente acumulado.

Esta conclusão se dá a partir do olhar direcionado não ao discurso de repressão da sexualidade, que nada explica, mas aos enunciados dominantes, especialmente, os procedimentos de confissão exercidos pela igreja, nas escolas e hospitais e que, na observação de Deleuze (1986, p. 55), buscarão a realidade e a verdade do sexo.

(...) é necessário uma representação muito invertida do poder para nos fazer acreditar que é de liberdade que nos falamos todas essas vezes que há tanto tempo, em nossa civilização, ruminam a formidável função de devermos dizer o que somos, o que fazemos, o que recordamos e o que foi esquecido, o que escondemos e o que se oculta, o que não pensamos e o que pensamos inadvertidamente (FOUCAULT, 2015, p. 69).

A sexualidade se constitui então como elemento de grande importância, devido ao vínculo que estabelece entre as ciências sobre processos biológicos e orgânicos, população e corpo.

Assim, ainda que não se negue uma miséria sexual, busca-se explicá-la por outro meio que não um poder negativo e uma repressão. Trata-se antes de apreender quais os mecanismos positivos que, produzindo a sexualidade de dada maneira, acarretaram esses efeitos de miséria.

2.1 Dispositivo de sexualidade

Afinal, o que vem a ser chamado, por Foucault, de dispositivo, sendo as relações de forças ou de poder, microfísicas, estratégicas, multipontuais, difusas, determinantes de singularidades e constituidoras de funções puras? Pois bem:

(...) em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode estabelecer entre esses elementos.

Em segundo lugar, (...) a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. (...) tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; (...). Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar (...) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 2011, p. 244).

Desse modo, como afirma Deleuze (1986, p. 63-64), a definição de dispositivo configurará um diagrama ou máquina abstrata que vem a ser o mapa dessas relações de forças, de densidade, de intensidade, de uniões primárias não localizáveis e que, em cada instante, passam por qualquer ponto.

Relações de forças que se situam não acima ou abaixo, mas no próprio tecido dos agenciamentos que produzem. Criando correlações, pressuposições recíprocas entre a causa e o efeito do poder, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos que são então nomeados dispositivos.

(...) quando Foucault busca, explicitamente, atrelar a questão da constituição de saberes a modos de exercícios de poder, a análise se descentraliza do eixo 'discursivo/não-discursivo', para aproximar-se de um eixo mais complexo que o autor chama de 'dispositivo'. O 'dispositivo', com efeito, reúne o discursivo e o extradiscursivo, ou antes, coloca esta questão em um plano de menor importância (...). O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (MUCHAIL, 2004, p. 68).

Dentre os dispositivos trabalhados por Foucault, essas misturas de enunciados e atos, visíveis e invisíveis, que se manifestarão nas microrrelações de poder, dando-lhes forma e simultaneamente sendo por elas formados, destaca-se o nomeado dispositivo de sexualidade.

Este historicamente constituído tratará da própria produção da sexualidade, desenvolvida no século XIX, principalmente, a partir de quatro grandes estratégias: a sexualização da criança, a histerização da mulher, a especificação dos perversos e a regulação das populações. No presente artigo, não serão abordadas todas as quatro.

Contudo, no tocante à sexualidade infantil, vemos como a proliferação de discursos sobre o sexo pode ser percebida:

No começo do século XVIII, de repente se dá uma importância enorme à masturbação infantil, perseguida por toda parte como uma epidemia repentina, terrível, capaz de comprometer toda a espécie humana. (...) Será necessário admitir que a masturbação das crianças de repente se tornou inaceitável para uma sociedade capitalista em vias de desenvolvimento? (...) Ao contrário, na época o importante era a reorganização das relações entre crianças e adultos, pais, educadores, era a intensificação das relações intrafamiliares, era a criança transformada em problema comum para os pais, instituições educativas, as instâncias de higiene pública, era a criança como semente das populações futuras. (FOUCAULT, 2011, p. 232).

É daí muito mais do que de uma repressão generalizada que se origina a miséria sexual da infância e da adolescência, ao se por a sexualidade destes no encontro do indivíduo e da população, na encruzilhada do corpo e da alma, da educação e do adestramento, com o objetivo de se constituir uma rede de poder sobre a infância. Percebendo-se que “focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição.” (FOUCAULT, 2015, p. 26).

Ainda, quanto à mulher, é a partir da análise de diversos escritos históricos brasileiros, observados entre os anos de 1890 e 1930, que Rago (2014, p. 115-116) expõe o tratamento que passa a ser dado às mulheres de má vida, as meretrizes insubmissas, a partir de um forte influência de Alexandre Parent-Duchâtelet, no meio médico-sanitarista e entre a polícia de costumes brasileira, que passa a partir daí a preocupar-se em conhecer de modo minucioso a vida cotidiana das prostitutas a fim de instaurar um controle rígido.

Nesse período a prostituição é associada às imundícies do submundo e será perseguida como um reflexo frente à nova obsessão, com os miasmas e lixos, que agora apavora a sociedade burguesa.

Médicos sanitaristas invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres com degeneradas, investigando seus hábitos e gostos, diagnosticando suas doenças, procurando acumular todo conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social.

Os bordéis são transformados em uma espécie de laboratório de estudo. Serão ali produzidas novas técnicas de saber e estratégias de poder, teses de doutorados e estudos minuciosos sobre quais os melhores métodos de se domesticar práticas sexuais tidas fora do casamento.

Em consequência desses estudos, surgem uma série de regulamentos impostos aos bordéis e casas de tolerância, como o registro junto ao departamento de polícia, a

obrigatoriedade de aceite de vigilância por parte da administração pública, bem como de autoridades sanitárias, e uma rígida hierarquia entre donas de bordéis e afilhadas.

Institui-se assim o bordel como o anticortiço, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo este agora, a sua maneira, a intimidade conjugal burguesa.

Funda-se assim o dispositivo de sexualidade, que foge ao destino da espiritualidade cristã ou a economia dos prazeres individuais, ao ser relançado por outros mecanismos, com um interesse público, que vê o discurso sobre sexo como essencial, tratando-se agora do ponto de cruzamento entre o homem-corpo e o homem-espécie, formado a partir um discurso não unicamente moral, mas racional.

A sociedade burguesa, capitalista que se desenvolveu no séc. XVIII, não se nega a reconhecer o sexo, mas sim instaura todo um aparelho produtor de discursos de verdades sobre ele, construtor de uma verdade regulada, responsável por inscrever o sexo em uma economia do prazer, mas também em um regime ordenado de saber. É esse aparelho que Foucault nomeará dispositivo de sexualidade.

É a partir da comparação com o chamado dispositivo de aliança, seu predecessor que será de fato percebido o dispositivo de sexualidade, assim se apresenta o quadro comparativo 1:

Quadro 1 – comparativo dispositivos:

DISPOSITIVO DE ALIANÇA	DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE
Anterior ao séc. XVIII, vinculado à soberania e aos sistemas clássicos;	Surge a partir do séc. XVIII, vinculado ao biopoder;
Perde importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passam a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou suporte suficiente;	Sobrepõe-se ao dispositivo de aliança e sem o pôr de lado; contribui para a redução de sua importância ao apresentar uma nova forma de lidar com as relações;
É um sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens;	Também é um sistema que se articula aos parceiros sexuais; mas de um modo inteiramente diferente;
Estrutura-se em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito;	Funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder;
Conta entre seus objetivos principais o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege;	Engendra, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle;
O que é pertinente é o vínculo entre parceiros com status definido;	O importante são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das

	impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam;
Articula-se fortemente com a economia apenas devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas.	Liga-se à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome.

De outro modo, pode-se dizer que o dispositivo de aliança, vinculado aos sistemas clássicos de poder e ao soberano, é formado e age buscando manter o corpo social. Possuindo vínculo privilegiado com o direito, tem por momento decisivo a reprodução e a definição do status da relação entre os parceiros, com intuito de permitir e regular a transmissão ou circulação das riquezas.

Por outro lado, o dispositivo de sexualidade vai além. É a ligação entre o biológico e o subjetivo do sujeito, entre corpo-espécie e corpo-indivíduo, o coração deste agora problema econômico e político: a população.

o dispositivo de sexualidade é justamente onde ele [Foucault] encontra esta conexão entre o biológico e o subjetivo no âmbito da governamentalidade. Isso porque tal dispositivo foi classificado por ele, no primeiro volume da História da sexualidade, como ‘o coração deste problema econômico e político da população’ (FOUCAULT, 1976, p. 36; 28). Tendo a população como foco e a sexualidade como dispositivo fundamental, a economia política própria da governamentalidade forma toda uma rede de observações sobre o sexo, a fim de determinar e influir sobre as constantes próprias da natureza da população. (BARROS II, 2011, p. 13).

Nas palavras de Foucault, encontramos uma consideração “De modo geral, na junção entre o ‘corpo’ e a ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 2015, p. 159). Portanto sua razão de ser será antes do reproduzir o proliferar, a inovação e invenção, buscando penetrar nos corpos cada vez mais profundamente, controlando as populações de modo cada vez mais global.

3. A atuação do dispositivo de sexualidade sobre a população como público e como espécie humana.

O conceito de população, que era compreendido pelos mercantilistas e cameralistas do século XVII como simples aglomerado de súditos de um soberano, que teriam impostos de cima, de um modo inteiramente voluntarista, leis e regulamentos que lhes dizia/obrigava ao que deviam, ou não fazer, adquire um significado revolucionário, inovador e de fundamental

importância na contemporaneidade, a partir da imersão do pensamento fisiocrata e dos economistas do século XVIII, passando a população a:

(...) ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que tem de natural e a partir do que tem de natural. (...) a população não é um dado primeiro, ela está na dependência de toda uma série de variáveis. A população varia com o clima. Varia, com o entorno material. Varia com a intensidade do comércio e da atividade de circulação das riquezas. Varia, é claro, de acordo com as leis a que é submetida (...) com os hábitos das pessoas (...). A população varia com os valores morais ou religiosos. (FOUCAULT, 2008, p. 92).

Percebe-se agora que a população transcende o amontoado quase animalesco, facilmente domesticável e obediente passivo aos mandos do soberano. Passa-se a compreendê-la como um fenômeno permeado de variáveis, relações, desejos, contudo, ao mesmo tempo, possuidora de uma natureza acessível e mesmo penetrável por métodos de poder racionalizados.

Trata-se agora, como expõe Foucault (2011, p. 284), não de se impor uma vontade de cima para baixo, mas de intervir sobre fatores diversos que por conta de cálculos, análises, estatísticas e reflexões, poderão efetivamente atuar sobre a população.

Objetivando estimular a fecundidade de uma população, por exemplo, será necessário intervir em uma série de fatores/elementos tão distantes que parecerão mesmo sem qualquer ligação com o objetivo inicial.

Como forma de compreender essas estratégias, Foucault exemplifica alguns elementos que passam a ser considerados no direcionamento da vontade de reprodução da população: “É necessário, por exemplo, agir sobre os fluxos de moeda que vão irrigar o país, saber por onde esses fluxos de moeda passam, saber se eles irrigam de fato todos os elementos da população, se não deixam regiões inertes.” (FOUCAULT, 2008, p. 94).

Dispor-se-á assim as coisas, valendo-se mais de táticas do que de leis, ou considerando estas últimas mais uma das diversas estratégias/meios que possibilitarão determinados fins serem atingidos, tendo-se como objetivo direcionar cada uma das coisas governadas ao seu fim específico. Dessa maneira:

O governante intervirá na população para reduzir as normalidades mais desfavoráveis. Não se trata de extingui-las. Há todo um cálculo de aceitabilidade para cada caso, considerando enfermidades, delitos, etc. Essas taxas refletem as constantes presentes na população. Já que ela passa a ser vista como um ‘conjunto de elementos’ constantes. (BARROS II, 2016, p. 221).

Esse conjunto de elementos constantes, essa regularidade própria da população, será revelado pelo desenvolvimento da Estatística, que demonstrará a simetria entre o número de mortos a cada ano, entre os doentes, o número de acidentes, suicídios, etc.

Será este novo campo do saber capaz de expor a irredutibilidade dos fenômenos próprios da população (pandemias, mortalidade endêmica, trabalho e riqueza, etc.), e de seus efeitos econômicos específicos ao quadro da família e logo da economia clássica do séc. XVI, entendida enquanto uma forma de governo exercida pelo patriarca ao administrar sabiamente a casa e os bens (e pessoas) da família. Desse modo a assunção de que a população trata-se de

(...) um conjunto de elementos [que trará em seu interior] constantes e regularidades até nos acidentes [onde será possível se] identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo. (FOUCAULT, 2008, p. 97).

Tal compreensão fará com que no século XVIII, palavras já existentes sejam ressignificadas, assim a Economia passe a definir “um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história.” (FOUCAULT, 2011, p. 282).

Consolida-se assim esse novo sujeito político da modernidade que será chamado população, possível de ser entendido enquanto conjunto formado por “indivíduos atravessados por tecnologias de poder, sendo influenciados em sua liberdade. Assim sendo, os componentes dessa população não serão vistos como sujeitos de direitos, se não como indivíduos com uma liberdade produzida.” (BARROS II, 2016, p. 217).

Tal definição se dá uma vez que a população é agora percebida enquanto formação de indivíduos, e estes perfeitamente diferentes uns dos outros, com comportamentos próprios, que pelo menos dentro de certos limites, não poderão ser previstos.

No entanto esses mesmos indivíduos, ao serem analisados, entendidos enquanto corpo-espécie, população, por meio das mais diversas estatísticas terão identificados padrões de comportamento, desejos, motivos de ação, tornando-se assim permeáveis por estratégias governamentais fluidas, espontâneas.

Essas estratégias permearão e estimularão certos desejos naturais dos indivíduos, os conduzirá de modo que ao final se produza um interesse geral da população, ou seja, a “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la.” (FOUCAULT, 2008, p. 95).

Se constituirá assim a cidade biopolítica, a partir das técnicas de disciplina e individualização, e da noção massificante da população, que abrigará em seu seio uma sociedade de normalização, “uma sociedade de indivíduos conduzidos através de espaços minuciosamente recortados e dispostos por relações de poder [...] caracterizada por um exercício produtivo do poder sobre os espaços e sobre a população.” (BARROS II, 2016, p. 224). Pois agora:

(...) o problema dos que governam não deve ser absolutamente o de saber como eles devem dizer não, até onde podem dizer não, com que legitimidade eles podem dizer não; o problema é o de saber como dizer sim, como dizer sim a esse desejo. Não, portanto, o limite da concupiscência ou o limite do amor-próprio, no sentido do amor a si mesmo, mas ao contrário tudo o que vai estimular favorecer esse amor-próprio, esse desejo, de maneira que possa produzir os efeitos benéficos que deve necessariamente produzir. (FOUCAULT, 2008, p. 96).

Desse modo, se tem a inserção do indivíduo em uma noção ampla, científica, biológica, constituinte da população por um lado espécie humana, e de outro, o que se nomeará de público, palavra no séc. XVIII também ressignificada para definir “a população considerada desde o ponto de vista de suas opiniões, suas maneiras de fazer, seus comportamentos, seus hábitos, seus temores, seus prejuízos, suas exigências.” (BARROS II, 2011, p. 6).

Será sobre o público que o governante agirá agora por meio de campanhas e diversas formas de convencimento, instituindo-se as modernas técnicas de governamentalidade e condução dos desejos.

Fundar-se-á a partir daí “todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir.” (FOUCAULT, 2008, p. 99).

É com os conceitos de população enquanto “homem-espécie/público que a biopolítica poderá fazer a junção entre o biológico e o subjetivo, passando a uma escala maior de governo que é a governamentalidade, usando de mecanismos de poder para um campo de novas realidades.” (BARROS II, 2011, p. 6).

A partir da percepção da população enquanto correlato das técnicas de poder, se abrirá toda uma série de domínios de objetos para saberes possíveis, sendo que “em contrapartida, foi porque esses saberes recortavam sem cessar novos objetos que a população pôde se constituir, se continuar, se manter como correlativo privilegiado dos modernos mecanismos de poder.” (FOUCAULT, 2008, p. 103).

Será exatamente como resultado desse longo processo, que os novos mecanismos de poder, postos em ação no século XIX, fizeram passar nossas sociedades de um dispositivo de

aliança, vinculado a uma simbólica do sangue, para um dispositivo de sexualidade, já aqui abordados, constituindo assim uma realidade analítica da sexualidade, sendo que a sexualidade se alinhará ao do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas assim com as regulamentações. Ou ainda, constitui-se a sexualidade como dispositivo político que se liga à Economia

(...) através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome [dispositivo de sexualidade que terá por] razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (FOUCAULT, 2015, p. 116).

Vinculando-se a intensificação do corpo à sua valorização como objeto de saber e elemento primordial nas relações de poder, a partir das ciências específicas do sexo, Psicanálise e Pedagogia, por exemplo.

Considerando a população do ponto de vista do corpo-espécie, Foucault nos ajuda a entender como a vida biológica foi sendo tomada pelas esferas de poder desde o séc. XVIII. O caráter biológico deste novo sujeito político passa a ser alvo dos dispositivos. Da mesma maneira, esse mesmo conjunto de indivíduos é governado em suas opiniões, temores, anseios e desejos. A população, agora considerada também como público, permite ao governante interferir nas constantes que dizem respeito a esses pontos. Para que o exercício do poder seja eficaz tanto na esfera biológica, quanto na subjetiva, o sexo é envolvido por inteiro. “O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie.” (FOUCAULT, 2015, p. 158). É o problema econômico e político da população.

4. Conclusões

Ao final da análise das obras de Foucault “História da Sexualidade I: A vontade de Saber” e “Segurança, Território e População”, foi possível perceber o conceito de poder produtivo apresentado por Foucault, bem como iniciar o pensamento acerca da sociedade disciplinar, biopolítica e a formação do biopoder.

Logo após, discorrendo-se acerca do dispositivo de sexualidade, buscou-se defini-lo, demonstrando-se qual a extensão de sua conexão entre o biológico e o subjetivo, o indivíduo e a população, no debate da governamentalidade, que compreenderá o corpo como seu principal instrumento e objeto.

Ao final, apresentou-se a população enquanto público, novo objeto político do biopoder, alvo dos dispositivos de segurança, que formando uma rede entrelaçada de relações

de poder, permearão o corpo-indivíduo e o corpo-espécie, a fim de produzir desejos e guiar as populações.

Pode-se concluir assim que a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder, ressignificados e em expansão a partir do século XVI, dispositivos que não se ordenam em função da reprodução, mas que se vincularam a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder.

Compreende-se então a importância do sexo. Será ele o elemento que articula dois eixos de tecnologia política/econômica, que simbolizam a tomada da vida pela governamentalidade. Vincula-se enquanto disciplina do corpo (intensificação, adestramento, economia de energias), bem como a regulação biopolítica, por conta de todos os efeitos globais por ele induzidos. Ao mesmo tempo que dá espaço a todo um micropoder sobre o corpo, da margem a medidas maciças, estatísticas comportamentais, estimativas, intervenções política e econômicas que atingirão a todo o corpo social (por exemplo: políticas de incitação ou freios à procriação, que terão por fim objetivos econômicos; campanhas ideológicas de moralização, etc.).

Referências

BARROS II, João. *Poder pastoral e população em Foucault: a importância da sexualidade no governo das condutas*. VI Jornadas de Jóvenes Investigadores. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2011.

BARROS II, João Roberto. *A Cidade Biopolítica: Dispositivos de segurança, população e homo oeconomicus*. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 7. n. 1, 2016, p. 216-233.
doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v7i1.27701>.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault*. Disponível em:
<<http://www.docfoc.com/castro-edgardo-el-vocabulario-de-michel-foucaultpdf>>. Acesso em: set. 2016.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Prólogo de Miguel Morey, ed. Buenos Aires: Paidós, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. . 29^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão; Revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MUCHAIL, Salma T. *Foucault, simplesmente – textos reunidos*. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.